2ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO | CRIMINAL

Comunicado nº 26/2021 Brasília, 11 de novembro de 2021

SESSÃO de REVISÃO de 08 de novembro de 2021

Entre os julgados da 2ª Câmara na 828ª Sessão de Revisão, merecem destaque os seguintes entendimentos:

Crime de contrabando (CP, art. 334-A). Apreensão de arma de pressão (calibre 5.5 mm), desprovida de documentação regular de importação, avaliada em R$ 524,99. Produto controlado que necessita de prévia autorização do Exército para ser importado. Não homologação do arquivamento.

Número: JFRS/SLI-5002118-96.2021.4.04.7106-RPCR - Eletrônico Voto nº: 4838/2021

Clique sobre o voto acima para acessar sua íntegra

Crime de descaminho (CP, art. 334). Revisão de arquivamento (art. 62, VI, da LC nº 75/93). Verificada a existência de reiterações antigas. Aplicação do princípio da insignificância. Possibilidade. Enunciado nº 49. Homologação.

Número: JF/PR/CAS-5009241-60.2021.4.04.7005-SEM_SIGLA - Eletrônico **Voto nº: 4840/2021**

Clique sobre o voto acima para acessar sua íntegra

Crime de descaminho (CP, art. 334). Revisão de arquivamento (art. 62, IV, da LC nº 75/93). Existência de autuações posteriores. Aplicação do princípio da insignificância. Possibilidade. Enunciado nº 49. Homologação.

Número: JF/PR/CUR-5054176-06.2021.4.04.7000-PIMP - Eletrônico **Voto nº: 4861/2021**

Clique sobre o voto acima para acessar sua íntegra

IANPP. Ação em fase recursal. Insurgência da Procuradora Regional da República contra decisão da 2ª CCR/MPF. Verificação da ocorrência do trânsito em julgado do acórdão condenatório. Inviabilidade do ANPP, nos termos do enunciado n° 98 da 2ª CCR/MPF. Perda do objeto do recurso.

Número: TRF4-ACR-5001856-46.2016.4.04.7002 - Eletrônico **Voto nº: 4831/2021**

Clique sobre o voto acima para acessar sua íntegra

Conflito negativo de atribuições entre membros do MPF. Aplicação do artigo 62, VII, da LC nº 75/93. O foro por prerrogativa de função aplica-se apenas aos crimes cometidos durante o exercício do cargo e relacionados às funções desempenhadas. Atribuição do suscitado.

Número: 1.14.007.000214/2020-27 - Eletrônico **Voto nº: 4703/2021**

Clique sobre o voto acima para acessar sua íntegra

Supostos crimes praticados contra integrantes de comunidade quilombola. Declínio de atribuição em favor do Ministério Público Estadual. Violação de direitos da comunidade quilombola de forma coletiva. Interesse da União. Atribuição do Ministério Público Federal.

Número: 1.35.003.000070/2021-08 - Eletrônico **Voto nº: 4680/2021**

Clique sobre o voto acima para acessar sua íntegra

Tentativa de exportação irregular de produtos alimentícios e de limpeza. Ausência de despacho aduaneiro. Inexistência de tributos iludidos. Mera infração no âmbito administrativo. Homologação do arquivamento.

Número: 1.21.004.000189/2020-77 - Eletrônico **Voto nº: 4738/2021**

Clique sobre o voto acima para acessar sua íntegra

Número: 1.21.004.000028/2021-64 - Eletrônico **Voto nº: 4787/2021**

Clique sobre o voto acima para acessar sua íntegra

Inquérito policial. Crime de moeda falsa (CP, art. 289). Revisão de arquivamento. Necessário exaurimento das diligências capazes de esclarecer o ocorrido. Possibilidade de renovação da coleta de provas. Arquivamento prematuro. Não homologação.

Número: JF/TXF/BA-1000882-94.2021.4.01.3313-IPL - Eletrônico **Voto nº: 4441/2021**

Clique sobre o voto acima para acessar sua íntegra

Número: JF/TXF/BA-1000882-94.2021.4.01.3313-IPL - Eletrônico **Voto-vista nº: 50/2021**

Clique sobre o voto acima para acessar sua íntegra

Possíveis crimes de omissão de registro em CTPS (CP, art. 297, § 4º), apropriação indébita previdenciária (CP, art. 168-A) e sonegação de contribuição previdenciária (CP, 337-A). Revisão de arquivamento (art. 62, IV, LC nº 75/93). Possibilidade de outras diligências. Homologação parcial do arquivamento.

Número: 1.22.000.003553/2019-10 - Eletrônico **Voto nº: 4080/2021**

Clique sobre o voto acima para acessar sua íntegra

Número: 1.22.000.003553/2019-10 - Eletrônico **Voto-vista nº: 49/2021**

Clique sobre o voto acima para acessar sua íntegra

Conflito negativo de atribuições entre membros do MPF. Crime de falsidade ideológica (CP, art. 299). Aplicação do artigo 62, VII, da LC nº 75/93. Crime formal que se consuma no momento da prestação das informações inverídicas, independente do resultado. Atribuição do suscitado.

Número: 1.30.001.003030/2021-14 - Eletrônico **Voto nº: 4880/2021**

Clique sobre o voto acima para acessar sua íntegra

IANPP. Crime contra a ordem tributária. O alto valor do crédito tributário sonegado não impede o exame do ANPP. A confissão é parte integrante do acordo e pode ser oportunizada neste momento processual. Contudo, há elementos que evidenciam conduta criminal habitual, reiterada e/ou profissional. Operação rosa dos ventos: sofisticado esquema de sonegação fiscal e blindagem patrimonial envolvendo usinas e distribuidoras de combustíveis, com a utilização de laranjas e empresas de fachada. Existência de outras ações penais contra o denunciado. Inviabilidade, portanto, do ANPP na hipótese. Prosseguimento da persecução penal.

Número: JF-CPS-APORD-0008559-46.2017.4.03.6105 - Eletrônico **Voto nº: 4898/2021**

Clique sobre o voto acima para acessar sua íntegra

IANPP. Réu denunciado pela prática do crime previsto no art. 241-A, §1º, inciso II, da Lei nº 8.069/90. A gravidade da conduta afasta a possibilidade da propositura do ANPP, por não se mostrar necessário e suficiente para a reprovação do crime, requisito exigido pelo art. 28-A, caput, do CPP. Prosseguimento da persecução penal.

Número: JF/MG-APN-1033719-02.2021.4.01.3800 - Eletrônico **Voto nº: 4916/2021**

Clique sobre o voto acima para acessar sua íntegra

Conflito negativo de atribuições entre membros do MPF. Crimes previstos no art. 132 e/ou art. 202 do CP. Acionamentos injustificados de botoeiras de emergência em plataformas de petróleo que colocaram em risco o regular funcionamento das plataformas e a vida e a saúde dos tripulantes. Atribuição do Procurador da República suscitado (PR/RJ) para a persecução penal.

Número: 1.30.001.004786/2020-91 - Eletrônico **Voto nº: 4764/2021**

Clique sobre o voto acima para acessar sua íntegra

Ausência de repasse ir e contribuição previdenciária. Regime próprio de previdência servidores públicos de município. Revisão de declínio. Decisão colegiada proferida pela 2ª CCR pelo prosseguimento da persecução penal na esfera federal. Membro do Ministério Público Federal designado que atua como longa manus. Matéria já analisada. Ausência de novos elementos. Não conhecimento.

Número: 1.34.033.000113/2021-27 - Eletrônico **Voto nº: 4882/2021**

Clique sobre o voto acima para acessar sua íntegra

Notícia de fato. Homicídio de indígena por arma de fogo (art. 121 do CP). Corpo esquartejado. Ritual tradicional denominado "pajelança brava" da etnia Munduruku reconhecida culturalmente pelos indígenas. Homologação do arquivamento.

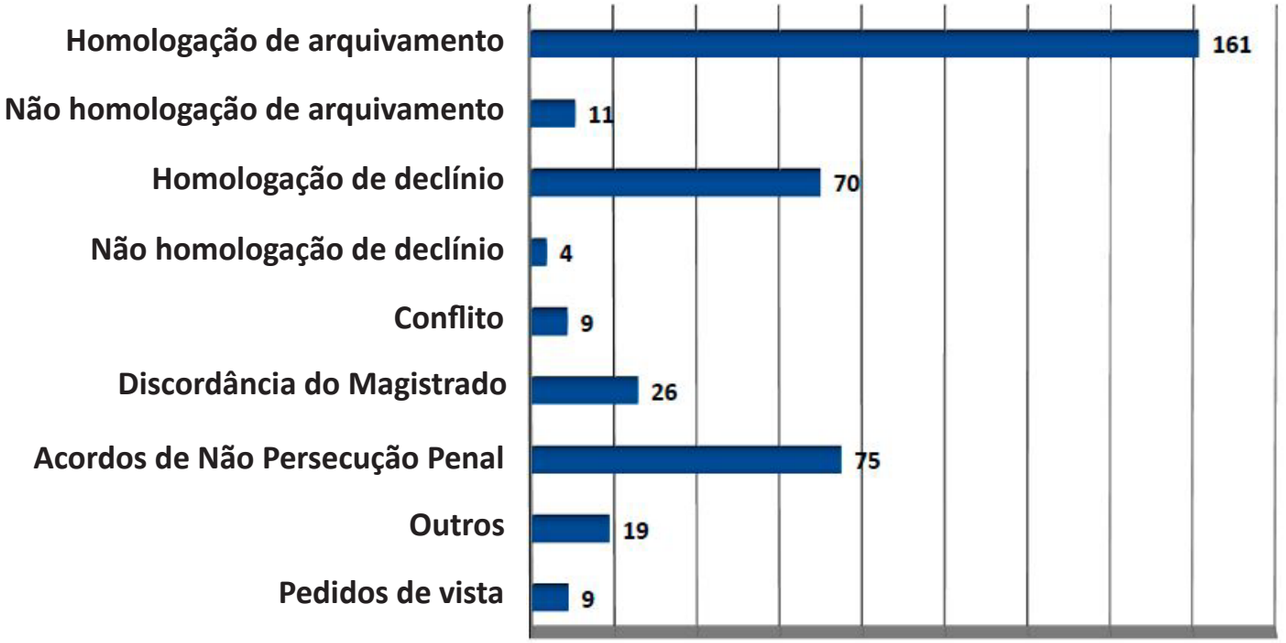
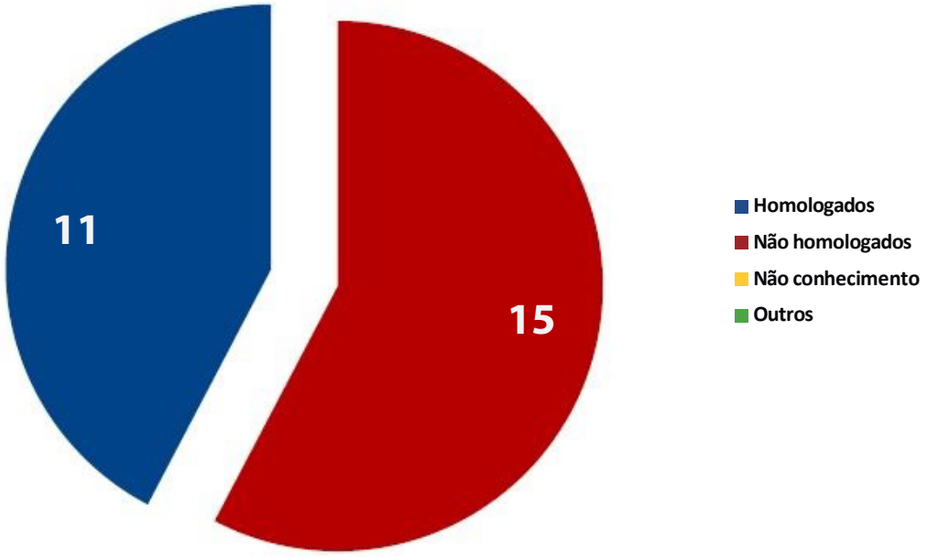
Número: 1.23.008.000394/2015-61 - Eletrônico **Voto nº: 4873/2021**

Clique sobre o voto acima para acessar sua íntegra

ESTATÍSTICAS

Total de processos apreciados: 384

Quantitativo de processos julgados x deliberações do colegiado



Detalhamento
Processos encaminhados por discordância do magistrado x deliberações do colegiado